

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

### **REQUERIMENTO N.º DE 2002 (Do Sr. LUCIANO ZICA)**

*Requer a realização de Audiência Pública com representantes titulares do Mab – Movimento dos Atingidos por Barragens e do Ministério Público do Estado do Pará para debaterem as prováveis consequências e propostas de superação dos impactos sócio ambientais do Projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.*

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, para a qual solicito sejam convidados os titulares do Mab – Movimento dos Atingidos por Barragens e do Ministério Público do Estado do Pará para debaterem as prováveis consequências e propostas de superação dos impactos ambientais do Projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

#### **Justificação**

A exposição sobre o projeto e construção da Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, no Estado do Pará, realizada na Comissão de Minas e Energia na semana passada revelou uma profunda divergência entre as questões relativas aos impactos sócio-econômicos do projeto e seus ganhos em termos de geração e energia.

Por outro lado, a questão relativa ao meio ambiente e às populações residentes nos ecossistemas que serão inundados suscitou grandes dúvidas, gerando o envolvimento do Ministério Público do Estado que suspendeu as obras do Projeto.

Estudiosos da questão vêm alegando que a “Bacia Hidrográfica do Rio Xingu está correndo o risco de se tornar uma jazida de megavates cara e inútil, social e ambientalmente insustentável.

Praticamente 2/3 (63,6%) do potencial hidrelétrico brasileiro encontra-se localizado na Região Amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. As consequências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados que não estão sendo considerados.”

Em decorrência das apreensões acima expostas, julgo fundamental trazermos a esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, especialistas para debaterem o assunto agora sob outra ótica.

Sala da Comissão, em 11 de abril de 2002.

**LUCIANO ZICA**  
**Deputado Federal (PT/SP)**